



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPIFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

AGÊNCIA E EMPREENDEDORISMO DE MULHERES INDÍGENAS: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL NA ALDEIA PASSARINHO (MIRANDA-MS)

AGENCY AND ENTREPRENEURSHIP OF INDIGENOUS WOMEN: AN
INTERSECTIONAL ANALYSIS IN PASSARINHO VILLAGE (MIRANDA,
MS, BRAZIL)

Kellen Patricia Santiago Batista¹

Janete Rosa da Fonseca²

RESUMO

Este artigo analisa as experiências de mulheres indígenas da Aldeia Passarinho, localizada no município de Miranda, Mato Grosso do Sul, a partir de sua participação no Curso Reconquista, programa voltado à inclusão produtiva e ao empreendedorismo. A pesquisa parte do problema de compreender como gênero, etnia, território e condições socioeconômicas influenciam os processos de autonomia e protagonismo feminino indígena em contextos marcados por desigualdades históricas. O objetivo é analisar as potencialidades e os desafios enfrentados pelas participantes na construção de alternativas econômicas e sociais em sua comunidade. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, fundamentada em observação participante e registros de campo produzidos durante a atuação da autora como facilitadora do Curso Reconquista. O referencial teórico apoia-se nas contribuições da interseccionalidade, da colonialidade de gênero, da subalternidade e do feminismo comunitário. Os resultados evidenciam que as participantes enfrentam desafios relacionados à exclusão territorial, ao racismo, à baixa escolarização, à sobrecarga de trabalho doméstico e às limitações de acesso a oportunidades econômicas. Em contrapartida, revelam formas significativas de agência e resistência expressas na preservação de saberes tradicionais, no fortalecimento das redes de solidariedade e na construção de iniciativas produtivas vinculadas à coletividade. Conclui-se que programas de empreendedorismo destinados às mulheres indígenas somente serão efetivos quando construídos a partir do respeito à cultura, ao território, à autodeterminação e às formas próprias de organização social das comunidades indígenas.

Palavras-chave: Colonialidade. Empreendedorismo. Feminismo comunitário. Interseccionalidade.

¹ Kellen Patricia Santiago Batista – Mestranda em Estudos Culturais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: kellen.batista@ufms.br.

² Orientadora. Docente Permanente do Programa de Pós Graduação em Estudos Culturais PPGCULT/UFMS – Doutora em Educação. Pós Doutora em Neurociência- FURG; Pós Doutora em Educação -UCDB E-mail: janete.fonseca@ufms.br



ABSTRACT

This article analyzes the experiences of Indigenous women from Passarinho Village, located in the municipality of Miranda, Mato Grosso do Sul, Brazil, through their participation in the Reconquista Program, an initiative focused on productive inclusion and entrepreneurship. The study is guided by the research problem of understanding how gender, ethnicity, territory, and socioeconomic conditions influence processes of autonomy and leadership among Indigenous women in contexts marked by historical inequalities. The objective is to examine the challenges and opportunities faced by participants in developing economic and social alternatives within their community. Methodologically, this is a qualitative study based on participant observation and field notes produced during the author's work as a facilitator in the Reconquista Program. The theoretical framework draws on the concepts of intersectionality, gender coloniality, subalternity, and community feminism. The findings reveal that participants face challenges related to territorial exclusion, racism, limited access to education, the burden of domestic work, and restricted economic opportunities. At the same time, the study highlights significant forms of agency and resistance expressed through the preservation of traditional knowledge, the strengthening of solidarity networks, and the development of collective productive initiatives. The study concludes that entrepreneurship programs aimed at Indigenous women can only be effective when grounded in respect for culture, territory, self-determination, and the specific forms of social organization of Indigenous communities.

Keywords: Coloniality. Community feminism. Entrepreneurship. Indigenous women. Intersectionality.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o empreendedorismo tem sido apresentado como uma estratégia capaz de promover autonomia econômica, inclusão produtiva e fortalecimento social de grupos historicamente marginalizados. No entanto, quando direcionadas às mulheres indígenas, as iniciativas empreendedoras exigem uma análise que ultrapasse perspectivas econômicas e individualizantes, considerando os processos históricos, sociais e políticos que estruturam suas experiências. No contexto da Aldeia Passarinho, localizada no município de Miranda, Mato Grosso do Sul, compreender o empreendedorismo implica reconhecer que essas mulheres vivenciam desigualdades produzidas pela articulação entre gênero, etnia, raça, território e colonialidade.

A reflexão proposta neste artigo parte de uma experiência concreta de atuação como facilitadora do Curso Reconquista – Metodologia das Três Fases, desenvolvido junto às mulheres da Aldeia Passarinho. Durante a execução do curso, tornou-se evidente que os desafios enfrentados pelas participantes extrapolavam questões relacionadas à gestão de negócios ou



geração de renda. As dificuldades de acesso à educação, a ausência de políticas públicas voltadas ao cuidado infantil, o racismo enfrentado no mercado de trabalho, a precariedade territorial e as desigualdades de gênero configuravam um cenário complexo que influenciava diretamente suas possibilidades de participação e permanência no processo formativo.

Essas experiências evidenciam a necessidade de uma leitura interseccional da realidade vivida pelas mulheres indígenas. Conforme argumenta Kimberlé Crenshaw (2002), sistemas de opressão como racismo, sexismo e desigualdade econômica não atuam isoladamente, mas se cruzam e produzem formas específicas de exclusão. A condição das mulheres indígenas não pode ser compreendida a partir de uma única categoria analítica, pois suas experiências são moldadas pela interação simultânea de diferentes estruturas de poder que limitam o acesso a direitos, oportunidades econômicas e espaços de participação social.

Ao discutir a situação das mulheres indígenas latino-americanas, Rita Segato (2012) demonstra que a colonialidade reorganizou profundamente as relações de gênero existentes nas sociedades indígenas, impondo estruturas patriarcais que reforçaram processos de subordinação feminina. Para a autora, compreender a realidade das mulheres indígenas exige reconhecer que a violência de gênero e a exclusão econômica não podem ser dissociadas da história colonial que marcou os territórios e os corpos indígenas. Nesse sentido, o empreendedorismo não pode ser analisado apenas como estratégia econômica, mas como prática situada em um contexto de disputas territoriais, culturais e políticas.

Essa reflexão também dialoga com a crítica formulada por Gayatri Spivak (2010) acerca da condição subalterna. Ao questionar se o subalterno pode falar, a autora evidencia como grupos historicamente marginalizados têm suas vozes frequentemente silenciadas ou traduzidas pelos discursos dominantes. Tal perspectiva permite problematizar programas de inclusão produtiva que, embora direcionados às populações vulnerabilizadas, muitas vezes são construídos sem a participação efetiva das próprias mulheres indígenas, reproduzindo lógicas externas de desenvolvimento e ignorando seus saberes, necessidades e formas próprias de organização econômica.

Por outro lado, os movimentos de mulheres indígenas têm produzido importantes formas de resistência e protagonismo político. Conforme destaca Quirino (2023), o feminismo comunitário indígena emerge como uma perspectiva que articula autonomia feminina, defesa do território, valorização dos saberes ancestrais e fortalecimento das comunidades. Diferentemente das abordagens individualistas frequentemente associadas ao empreendedorismo neoliberal, essa perspectiva compreende a emancipação das mulheres como um processo coletivo, inseparável das lutas por território, cultura e autodeterminação.



A discussão sobre a condição feminina também encontra respaldo nas reflexões de Ingrid Cyfer (2015), ao revisitar a obra de Simone de Beauvoir. A autora demonstra que a experiência de ser mulher não pode ser compreendida como uma essência universal, mas como uma condição historicamente construída em contextos específicos de poder. Tal contribuição permite compreender que as mulheres indígenas ocupam posições sociais particulares, atravessadas simultaneamente por relações de gênero, pertencimento étnico e desigualdades estruturais, o que exige abordagens capazes de considerar a pluralidade das experiências femininas.

A partir dessas contribuições teóricas, este artigo busca analisar como mulheres indígenas da Aldeia Passarinho constroem formas de agência e resistência por meio de práticas empreendedoras desenvolvidas durante sua participação no Curso Reconquista. Mais do que avaliar os resultados econômicos de uma ação formativa, interessa compreender de que maneira essas iniciativas dialogam com processos de autonomia, fortalecimento identitário e enfrentamento das desigualdades estruturais que atravessam suas trajetórias.

Dessa forma, o empreendedorismo é aqui compreendido não apenas como estratégia de geração de renda, mas como espaço de disputa simbólica e política, no qual se articulam relações de poder, processos de resistência e possibilidades de transformação social. Ao analisar as experiências das mulheres da Aldeia Passarinho, pretende-se contribuir para o debate sobre gênero, colonialidade, interseccionalidade e protagonismo indígena, evidenciando os limites e as potencialidades de políticas e programas voltados à inclusão produtiva de mulheres indígenas.

2. INTERSECCIONALIDADE E AS EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES INDÍGENAS

Nas últimas décadas, o empreendedorismo tem sido apresentado como uma estratégia capaz de promover autonomia econômica, inclusão produtiva e fortalecimento social de grupos historicamente marginalizados. No entanto, quando direcionadas às mulheres indígenas, as iniciativas empreendedoras exigem uma análise que vá além de perspectivas econômicas e individualizantes, considerando os processos históricos, sociais e políticos que estruturam suas experiências. No contexto da Aldeia Passarinho, localizada no município de Miranda, Mato Grosso do Sul, compreender o empreendedorismo implica reconhecer que essas mulheres vivenciam desigualdades produzidas pela articulação entre gênero, etnia, raça, território e colonialidade.

A reflexão proposta neste artigo parte de uma experiência concreta de atuação como facilitadora do Curso Reconquista – Metodologia das Três Fases, desenvolvido junto às mulheres



da Aldeia Passarinho. Durante a execução do curso, tornou-se evidente que os desafios enfrentados pelas participantes extrapolavam questões relacionadas à gestão de negócios ou à geração de renda. As dificuldades de acesso à educação, a ausência de políticas públicas voltadas ao cuidado infantil, o racismo enfrentado no mercado de trabalho, a precariedade territorial e as desigualdades de gênero configuravam um cenário complexo que afetava diretamente suas possibilidades de participação e permanência no processo formativo.

Essas experiências evidenciam a necessidade de uma leitura interseccional da realidade vivida pelas mulheres indígenas. Conforme argumenta Kimberlé Crenshaw (2002), sistemas de opressão, como racismo, sexismo e desigualdade econômica, não atuam isoladamente, mas se cruzam e produzem formas específicas de exclusão. A condição das mulheres indígenas não pode ser compreendida a partir de uma única categoria analítica, pois suas experiências são moldadas pela interação simultânea de diferentes estruturas de poder que limitam o acesso a direitos, oportunidades econômicas e espaços de participação social.

Ao discutir a situação das mulheres indígenas latino-americanas, Rita Segato (2012) demonstra que a colonialidade reorganizou profundamente as relações de gênero existentes nas sociedades indígenas, impondo estruturas patriarcais que reforçaram processos de subordinação feminina. Para a autora, compreender a realidade das mulheres indígenas exige reconhecer que a violência de gênero e a exclusão econômica não podem ser dissociadas da história colonial que marcou os territórios e os corpos indígenas. Nesse sentido, o empreendedorismo não pode ser analisado apenas como uma estratégia econômica, mas como uma prática situada em um contexto de disputas territoriais, culturais e políticas.

Essa reflexão também dialoga com a crítica formulada por Gayatri Spivak (2010) acerca da condição subalterna. Ao questionar se o subalterno pode falar, a autora evidencia como grupos historicamente marginalizados têm suas vozes frequentemente silenciadas ou traduzidas pelos discursos dominantes. Tal perspectiva permite problematizar programas de inclusão produtiva que, embora direcionados às populações vulnerabilizadas, muitas vezes são construídos sem a participação efetiva das próprias mulheres indígenas, reproduzindo lógicas externas de desenvolvimento e ignorando seus saberes, necessidades e formas próprias de organização econômica.

Por outro lado, os movimentos de mulheres indígenas têm produzido importantes formas de resistência e protagonismo político. Conforme destaca Quirino (2023), o feminismo comunitário indígena emerge como uma perspectiva que articula autonomia feminina, defesa do território, valorização dos saberes ancestrais e fortalecimento das comunidades. Diferentemente das abordagens individualistas frequentemente associadas ao empreendedorismo neoliberal, essa



perspectiva compreende a emancipação das mulheres como um processo coletivo, inseparável das lutas pelo território, pela cultura e pela autodeterminação.

A discussão sobre a condição feminina também encontra respaldo nas reflexões de Ingrid Cyfer (2015), ao revisitar a obra de Simone de Beauvoir. A autora demonstra que a experiência de ser mulher não pode ser compreendida como uma essência universal, mas como uma condição historicamente construída em contextos específicos de poder. Tal contribuição permite compreender que as mulheres indígenas ocupam posições sociais particulares, atravessadas simultaneamente por relações de gênero, pertencimento étnico e desigualdades estruturais, o que exige abordagens capazes de considerar a pluralidade das experiências femininas.

A partir dessas contribuições teóricas, este artigo busca analisar de que modo as mulheres indígenas da Aldeia Passarinho constroem formas de agência e resistência por meio de práticas empreendedoras desenvolvidas durante sua participação no Curso Reconquista. Mais do que avaliar os resultados econômicos de uma ação formativa, interessa compreender de que maneira essas iniciativas dialogam com processos de autonomia, fortalecimento identitário e enfrentamento das desigualdades estruturais que atravessam suas trajetórias.

Dessa forma, o empreendedorismo é aqui compreendido não apenas como estratégia de geração de renda, mas como espaço de disputa simbólica e política, no qual se articulam relações de poder, processos de resistência e possibilidades de transformação social. Ao analisar as experiências das mulheres da Aldeia Passarinho, pretende-se contribuir para o debate sobre gênero, colonialidade, interseccionalidade e protagonismo indígena, evidenciando os limites e as potencialidades de políticas e programas voltados à inclusão produtiva de mulheres indígenas.

3. COLONIALIDADE, GÊNERO E TERRITÓRIO

A compreensão das desigualdades vivenciadas pelas mulheres indígenas da Aldeia Passarinho exige uma análise que considere os impactos históricos da colonização sobre os povos originários. As dificuldades relacionadas ao acesso à terra, à geração de renda, à participação política e à autonomia econômica não podem ser entendidas como fenômenos isolados ou resultado exclusivo de condições contemporâneas. Elas estão profundamente associadas aos processos de colonialismo que transformaram os modos de vida indígenas, reorganizaram as relações sociais e impuseram novas formas de dominação sobre seus territórios e corpos.

Nesse sentido, Rita Laura Segato (2012) argumenta que a colonialidade produziu profundas alterações nas relações de gênero existentes nas sociedades indígenas. Segundo a



autora, muitas comunidades possuíam formas próprias de organização social, nas quais as relações entre homens e mulheres eram estruturadas de maneira distinta dos modelos patriarcais europeus. Com a colonização, entretanto, foi introduzido um sistema de poder baseado na hierarquização de gênero, na centralização da autoridade masculina e na subordinação das mulheres.

Ao discutir esse processo, Segato afirma que:

O gênero, tal como o conhecemos hoje, é uma categoria da modernidade colonial. A intervenção colonial modificou profundamente as relações existentes nos mundos indígenas, fortalecendo estruturas hierárquicas masculinas e enfraquecendo espaços de atuação e autoridade das mulheres. (Segato, 2012, p. 116).

A reflexão proposta pela autora permite compreender que muitas das desigualdades enfrentadas atualmente pelas mulheres indígenas não podem ser atribuídas exclusivamente às tradições culturais dos povos originários. Ao contrário, são resultado de processos históricos que impuseram modelos patriarcais externos às comunidades, reorganizando papéis sociais, relações de poder e formas de participação política. Dessa forma, a condição das mulheres indígenas deve ser analisada a partir da articulação entre colonialidade, gênero e território.

Na realidade observada na Aldeia Passarinho, os efeitos desses processos históricos tornam-se evidentes. A limitação do acesso à terra constitui um dos principais fatores de vulnerabilidade econômica das famílias indígenas. A redução dos territórios tradicionais e a dificuldade de acesso a áreas produtivas comprometem práticas historicamente vinculadas à subsistência comunitária, como a agricultura, a coleta e outras formas tradicionais de produção. Sem condições adequadas para desenvolver atividades produtivas em seus territórios, muitas famílias tornam-se dependentes de programas de assistência social, trabalhos temporários e ocupações precárias.

Essa situação afeta de forma particular as mulheres. Em muitos casos, a insuficiência de oportunidades econômicas dentro das comunidades leva mulheres indígenas a buscarem trabalho doméstico na área urbana de Miranda. Entretanto, essa inserção ocorre frequentemente em condições marcadas pela informalidade, baixos salários e ausência de garantias trabalhistas. Além da jornada remunerada, elas continuam responsáveis pelo cuidado dos filhos, da casa e pela manutenção de práticas culturais e comunitárias, acumulando múltiplas formas de trabalho frequentemente invisibilizadas.

Durante as atividades desenvolvidas no Curso Reconquista, foi possível observar que a dependência econômica e a sobrecarga de responsabilidades constituíam desafios recorrentes para muitas participantes. As dificuldades de deslocamento, a necessidade de conciliar os encontros formativos com os cuidados familiares e a escassez de oportunidades de geração de



renda demonstravam que os obstáculos enfrentados pelas mulheres indígenas ultrapassavam a dimensão individual. Tratava-se de condições estruturais produzidas historicamente por processos de exclusão territorial, econômica e social.

A análise proposta por Segato (2012) contribui para compreender que a vulnerabilidade social observada em Miranda não é resultado de escolhas individuais ou da incapacidade das comunidades de se adaptarem às exigências do mercado. Ela está relacionada à permanência de estruturas coloniais que continuam produzindo desigualdades por meio da concentração fundiária, da marginalização dos povos indígenas e da desvalorização de seus modos de vida. Nesse contexto, a falta de acesso à terra, a dependência econômica e a precarização do trabalho feminino configuram expressões contemporâneas da colonialidade.

Assim, discutir empreendedorismo, autonomia econômica e protagonismo feminino nas comunidades indígenas exige reconhecer que as desigualdades de gênero estão profundamente conectadas às disputas territoriais e aos efeitos persistentes do colonialismo. Somente a partir dessa compreensão torna-se possível construir políticas públicas e iniciativas de formação que respeitem as especificidades culturais dos povos indígenas e contribuam efetivamente para o fortalecimento da autonomia das mulheres, de suas comunidades e de seus territórios.

4. PODE A MULHER INDÍGENA EMPREENDEDORA FALAR? SUBALTERNIDADE, VOZ E REPRESENTAÇÃO

A discussão sobre empreendedorismo em contextos indígenas exige uma reflexão que ultrapasse questões relacionadas à geração de renda e capacitação técnica. É necessário questionar quem define os modelos de empreendedorismo considerados legítimos, quem elabora os programas de formação e quais critérios são utilizados para determinar o que significa sucesso. Essas questões tornam-se particularmente relevantes quando analisadas a partir das contribuições de Gayatri Chakravorty Spivak (2010), cuja reflexão sobre subalternidade permite problematizar os mecanismos pelos quais determinados grupos sociais são sistematicamente silenciados, mesmo quando aparentemente incluídos em espaços de participação.

Em sua obra *Pode o Subalterno Falar?*, Spivak (2010) argumenta que os grupos subalternizados frequentemente não são privados apenas do direito à fala, mas também da possibilidade de serem efetivamente ouvidos. Segundo a autora, "o subalterno não pode falar" (Spivak, 2010, p. 126), não porque lhe falte capacidade de expressão, mas porque sua voz é constantemente mediada, interpretada ou traduzida pelas estruturas dominantes de poder. Dessa forma, mesmo quando há espaços destinados à participação dos grupos marginalizados, suas



experiências e perspectivas tendem a ser enquadradas dentro de categorias definidas por outros sujeitos e instituições.

Essa reflexão é particularmente pertinente para a análise dos programas de empreendedorismo destinados às mulheres indígenas. Muitas iniciativas são concebidas a partir de modelos urbanos, ocidentais e individualistas de desenvolvimento econômico, nos quais o sucesso é frequentemente associado ao crescimento financeiro, à competitividade e à expansão dos negócios. Entretanto, tais concepções nem sempre dialogam com as realidades, os valores e as formas de organização presentes nas comunidades indígenas.

A experiência desenvolvida no Curso Reconquista junto às mulheres da Aldeia Passarinho evidenciou essa tensão entre modelos previamente estabelecidos e as necessidades concretas das participantes. Embora a metodologia do programa tivesse como objetivo promover inclusão produtiva e fortalecimento da autonomia econômica, tornou-se evidente que muitos dos conteúdos e estratégias inicialmente propostos precisavam ser adaptados à realidade local. As diferenças nos níveis de escolarização, as especificidades culturais, a forte presença da oralidade e as formas comunitárias de organização exigiram uma constante revisão das práticas pedagógicas adotadas.

Durante os encontros formativos, observou-se que muitas mulheres possuíam conhecimentos, experiências e estratégias de sobrevivência que não eram reconhecidos pelos modelos convencionais de empreendedorismo. Saberes relacionados ao artesanato, à culinária tradicional, ao cuidado comunitário e às formas coletivas de organização econômica frequentemente permaneciam invisibilizados diante de concepções de sucesso baseadas exclusivamente na lógica mercadológica. Tal situação reforça a crítica formulada por Spivak (2010), ao demonstrar como determinados conhecimentos são sistematicamente desvalorizados quando não correspondem aos parâmetros estabelecidos pelas estruturas hegemônicas.

Nesse contexto, as dificuldades linguísticas, os diferentes níveis de escolarização e as formas próprias de organização comunitária evidenciaram a necessidade de escuta constante das participantes. Mais do que transmitir conteúdos técnicos, foi necessário construir espaços nos quais as mulheres pudessem narrar suas próprias experiências, compartilhar suas trajetórias e definir suas prioridades. O processo formativo revelou que a autonomia não se constrói apenas pelo acesso a ferramentas de gestão ou comercialização, mas também pelo reconhecimento da legitimidade de suas vozes, saberes e projetos de vida.

A experiência do Reconquista demonstrou que o verdadeiro desafio não consistia apenas em ensinar as mulheres indígenas a empreender, mas em repensar o próprio significado do empreendedorismo a partir de suas realidades. Para muitas participantes, o sucesso não estava



necessariamente associado à ampliação dos lucros ou à formalização de negócios, mas à possibilidade de contribuir para o bem-estar da família, fortalecer a comunidade, preservar práticas culturais e conquistar maior autonomia em suas decisões cotidianas.

A partir da perspectiva de Spivak (2010), torna-se possível compreender que políticas e programas voltados às populações historicamente marginalizadas precisam ir além da inclusão formal. É necessário criar condições para que os sujeitos participem da construção das propostas que os afetam, definam suas próprias prioridades e sejam reconhecidos como produtores legítimos de conhecimento. No caso das mulheres indígenas da Aldeia Passarinho, isso significa reconhecer que suas experiências, seus saberes e suas formas de organização não devem ser apenas objeto de intervenção, mas fundamento para a construção de iniciativas verdadeiramente emancipadoras.

Assim, a pergunta formulada por Spivak — "Pode o subalterno falar?" — permanece atual ao problematizar os limites das políticas de inclusão produtiva. Mais do que oferecer espaços para a fala, é necessário garantir condições para que essa fala seja efetivamente reconhecida, valorizada e incorporada aos processos de tomada de decisão. Somente dessa forma será possível construir práticas de empreendedorismo comprometidas com a autonomia, a diversidade cultural e a justiça social.

5. FEMINISMO COMUNITÁRIO E AGÊNCIA DAS MULHERES INDÍGENAS

As análises que abordam as mulheres indígenas apenas a partir da vulnerabilidade social ou da exclusão econômica correm o risco de invisibilizar suas formas de resistência, protagonismo e atuação política. Embora enfrentem desigualdades históricas produzidas pelo racismo, pelo patriarcado e pela colonialidade, as mulheres indígenas não ocupam uma posição passiva diante dessas estruturas. Ao contrário, constroem diariamente estratégias de sobrevivência, preservação cultural e fortalecimento comunitário que evidenciam sua capacidade de agência e transformação social.

Nesse contexto, as contribuições de Flávia Quirino são fundamentais para compreender as especificidades das lutas protagonizadas pelas mulheres indígenas. Ao discutir o feminismo comunitário, a autora destaca que a emancipação feminina não pode ser entendida de forma individualizada, dissociada das relações coletivas e do território. Segundo Quirino (2023), "a luta das mulheres indígenas está diretamente vinculada à defesa do território, da cultura, da



ancestralidade e da vida comunitária", evidenciando que suas reivindicações ultrapassam demandas individuais e se articulam à proteção das condições coletivas de existência.

Essa perspectiva diferencia-se significativamente das concepções neoliberais de empreendedorismo, que tendem a valorizar o sucesso individual, a competição e a acumulação econômica como principais indicadores de desenvolvimento. No feminismo comunitário, a autonomia das mulheres não é medida exclusivamente pela capacidade de gerar renda ou constituir um negócio lucrativo. A emancipação está relacionada à ampliação da participação social, ao fortalecimento dos vínculos comunitários, à valorização dos saberes ancestrais e à defesa dos territórios onde a vida coletiva se reproduz.

As experiências observadas na Aldeia Passarinho evidenciam essa lógica comunitária. Muitas das atividades desenvolvidas pelas mulheres indígenas estão profundamente conectadas à preservação da cultura e à manutenção da comunidade. O artesanato, por exemplo, não representa apenas uma possibilidade de geração de renda, mas também um mecanismo de transmissão de conhecimentos tradicionais entre gerações. Da mesma forma, a culinária tradicional carrega memórias, práticas culturais e formas de pertencimento que fortalecem a identidade coletiva do grupo.

Durante a realização do Curso Reconquista, tornou-se evidente que as iniciativas econômicas idealizadas pelas participantes frequentemente estavam associadas não apenas à melhoria das condições financeiras individuais, mas ao desejo de contribuir para o bem-estar da família e da comunidade. As mulheres demonstravam preocupação com a educação dos filhos, a preservação de suas tradições culturais e a construção de alternativas que beneficiassem coletivamente outras mulheres da aldeia. Esse aspecto revela uma concepção de desenvolvimento distinta daquela presente em modelos convencionais de empreendedorismo.

Outro elemento importante observado ao longo do processo formativo foi a existência de redes de cuidado e solidariedade entre as participantes. Em diversas situações, mulheres compartilhavam conhecimentos, dividiam experiências, auxiliavam aquelas que apresentavam maiores dificuldades de aprendizagem e organizavam estratégias coletivas para enfrentar desafios cotidianos. Essas práticas evidenciam que a cooperação, e não a competição, constitui um dos princípios que orientam as relações comunitárias vivenciadas na aldeia.

Além disso, a participação no Curso Reconquista contribuiu para o fortalecimento da autoestima e da confiança das mulheres indígenas. Muitas participantes passaram a reconhecer seus conhecimentos, habilidades e trajetórias como elementos legítimos de produção econômica e social. O compartilhamento de experiências e a valorização de suas histórias favoreceram



processos de reconhecimento que ultrapassavam os objetivos inicialmente previstos pelo programa de capacitação.

Nessa perspectiva, o conceito de agência torna-se central para compreender a atuação das mulheres indígenas. Sua participação em atividades produtivas, a preservação de saberes tradicionais, a organização de redes de apoio e a defesa dos territórios constituem formas concretas de resistência frente às desigualdades estruturais. Como destaca Quirino (2023), as mulheres indígenas têm assumido papel fundamental na construção de alternativas econômicas e políticas que articulam autonomia, identidade cultural e fortalecimento comunitário.

Assim, compreender o empreendedorismo indígena a partir do feminismo comunitário implica reconhecer que as iniciativas econômicas desenvolvidas pelas mulheres da Aldeia Passarinho não podem ser avaliadas exclusivamente por indicadores de mercado. Seu significado está profundamente relacionado à reprodução da vida coletiva, à preservação dos saberes ancestrais, ao fortalecimento das redes de solidariedade e à defesa dos territórios indígenas. Mais do que empreender para obter lucro, essas mulheres empreendem para garantir a continuidade de suas comunidades, de suas culturas e de seus modos de existir.

Desse modo, o feminismo comunitário oferece uma importante chave de leitura para compreender as experiências das mulheres indígenas como práticas de resistência e transformação social. Ao evidenciar a centralidade da coletividade, da reciprocidade e do território, essa perspectiva amplia o entendimento sobre autonomia e protagonismo, permitindo reconhecer as múltiplas formas pelas quais as mulheres indígenas constroem diariamente sua agência política, econômica e cultural.

6. AFINAL, O QUE É UMA MULHER? CONTRIBUIÇÕES DE INGRID CYFER

As discussões desenvolvidas ao longo deste trabalho evidenciam que as experiências das mulheres indígenas não podem ser compreendidas a partir de concepções universais sobre gênero. Nesse sentido, as contribuições de Ingrid Cyfer (2015), ao revisitar a obra de Simone de Beauvoir, oferecem importantes elementos para refletir sobre os limites da categoria "mulher" quando utilizada como uma identidade homogênea e universal.

Ao analisar a famosa afirmação de Beauvoir de que "não se nasce mulher, torna-se mulher", Cyfer (2015) destaca que a condição feminina não corresponde a uma essência natural ou a uma experiência única compartilhada por todas as mulheres. Ao contrário, trata-se de uma



construção social e histórica produzida em contextos específicos de relações de poder. Conforme afirma a autora, "A questão central não é definir o que é uma mulher, mas compreender como diferentes mulheres se constituem como sujeitos em contextos históricos e sociais específicos" (Cyfer, 2015, p. 45).

Essa reflexão é particularmente relevante para o debate sobre mulheres indígenas e empreendedorismo. Frequentemente, políticas públicas, programas de capacitação e iniciativas de inclusão produtiva são elaborados com base em modelos que tomam como referência experiências femininas urbanas, brancas e de classe média. Nessas perspectivas, pressupõe-se que todas as mulheres enfrentam desafios semelhantes e compartilham os mesmos objetivos em relação à autonomia econômica, à inserção no mercado de trabalho e ao desenvolvimento profissional.

Entretanto, a realidade das mulheres indígenas da Aldeia Passarinho demonstra que as experiências femininas são atravessadas por diferentes marcadores sociais, culturais e territoriais. Além das desigualdades de gênero, essas mulheres convivem com os efeitos do racismo, da exclusão territorial, das limitações de acesso à educação e das desigualdades socioeconômicas que afetam historicamente os povos indígenas. Suas trajetórias são construídas em contextos marcados por relações comunitárias, saberes ancestrais e formas específicas de organização social que diferem significativamente das referências utilizadas em muitos programas de empreendedorismo.

As observações realizadas durante o Curso Reconquista reforçaram essa percepção. As expectativas, os projetos de vida e as concepções de sucesso apresentadas pelas participantes nem sempre correspondiam aos modelos frequentemente adotados pelas políticas de incentivo ao empreendedorismo feminino. Para muitas mulheres, a geração de renda estava diretamente relacionada ao fortalecimento da família, à preservação cultural e à melhoria das condições de vida da comunidade, e não exclusivamente ao crescimento individual de um negócio.

A crítica desenvolvida por Cyfer (2015) permite compreender que a categoria "mulher" não pode ser tratada como uma identidade única e universal. Ao contrário, existem múltiplas formas de vivenciar a condição feminina, produzidas a partir das diferentes posições sociais ocupadas pelos sujeitos. Reconhecer essa diversidade é fundamental para evitar que políticas públicas reproduzam modelos excludentes que desconsiderem as especificidades culturais e territoriais das mulheres indígenas.

Dessa forma, a análise das experiências das mulheres da Aldeia Passarinho reforça a necessidade de construir programas de formação e inclusão produtiva culturalmente contextualizados, capazes de dialogar com suas realidades, saberes e formas próprias de



organização social. Mais do que incluir mulheres em modelos previamente definidos, trata-se de reconhecer a pluralidade das experiências femininas e valorizar os diferentes modos pelos quais as mulheres constroem autonomia, protagonismo e participação social.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das experiências das mulheres indígenas da Aldeia Passarinho demonstra que o empreendedorismo não pode ser compreendido apenas como uma estratégia de geração de renda. As trajetórias observadas durante o Curso Reconquista evidenciam que processos de autonomia e protagonismo feminino estão diretamente relacionados a fatores como território, cultura, identidade e relações comunitárias.

A perspectiva da interseccionalidade permitiu compreender como gênero, etnia, território e condições socioeconômicas se articulam na produção de desigualdades específicas, enquanto a noção de colonialidade evidenciou a permanência de estruturas históricas que continuam limitando o acesso das mulheres indígenas a direitos e oportunidades. Além disso, as reflexões sobre subalternidade e feminismo comunitário contribuíram para reconhecer as mulheres indígenas como sujeitos ativos, capazes de construir estratégias de resistência, preservar saberes tradicionais e fortalecer suas comunidades.

Os resultados do estudo indicam que os impactos mais significativos do Curso Reconquista ultrapassaram a dimensão econômica, refletindo-se no fortalecimento da autoestima, da participação coletiva, das redes de solidariedade e do reconhecimento de suas capacidades e conhecimentos. Nesse sentido, autonomia, fortalecimento identitário e participação social mostraram-se tão importantes quanto a geração de renda.

Conclui-se que programas de empreendedorismo voltados às mulheres indígenas somente serão efetivos quando respeitarem as especificidades culturais, territoriais e comunitárias dos povos indígenas, reconhecendo suas formas próprias de organização, seus saberes e seu direito à autodeterminação.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Kellen Patricia Santiago. **Diário de campo e registros de observação produzidos durante a facilitação do Curso Reconquista na Aldeia Passarinho**, Miranda-MS, 2024-2025. Material de pesquisa não publicado.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.



CYFER, Ingrid. Afinal, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e “a questão do sujeito” na teoria crítica feminista. **Lua Nova**, São Paulo, n. 94, p. 41-77, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/YgZNbXJJFXCMmCKzKbnnP6t/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 jun. 2025.

INSTITUTO DA PROVIDÊNCIA. **Material didático do Curso Reconquista – Metodologia das Três Fases**. Rio de Janeiro: Instituto da Providência, 2024.

QUIRINO, Flávia. **Feminismo comunitário**: a importância da organização das mulheres indígenas e as conquistas e desafios desde a abordagem feminista. Brasília: FIAN Brasil, 2023.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES**, Coimbra, n. 18, p. 106-131, 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.